

Espaçamento mínimo entre poltronas de avião

Projeto de Tião Viana, em tramitação na Comissão de Justiça, combate a insuficiência de espaço entre as poltronas de avião, que ocasiona transtorno para os usuários. **4**

“Proer blindou sistema financeiro brasileiro”

Marco Maciel (*foto*) afirmou ontem que a crise dos mercados financeiros e de capitais mundiais confirma o quanto estava certo o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) ao adotar o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), desenvolvido no Brasil de 1995 a 2000. O Proer saneou bancos

com o objetivo de evitar uma crise de efeitos imprevisíveis para a economia brasileira, lembrou o senador.

Na época, o Brasil despendeu R\$ 20,4 bilhões, ou 2,7% do produto interno bruto (PIB) com o programa, uma quantia considerada “relativamente baixa” por Maciel. **3**



Foto de Jonas Pereira

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XIV – Nº 2.889 – Brasília, quinta-feira, 25 de setembro de 2008



Márcia Kallume

Heráclito em entrevista à Agência Senado: em busca da pauta dos trabalhos

Comissão estuda dúvidas e contradições sobre escutas

Contradições e dúvidas identificadas em informações prestadas por autoridades do setor de inteligência a respeito de escutas telefônicas devem ser estudadas na próxima reunião da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, prevista para a primeira quinzena de outubro. Em entrevista

à Agência Senado, ontem, o presidente do colegiado, Heráclito Fortes, informou que a partir dessa reunião será decidida a agenda de trabalho da comissão. Um dos pontos centrais na pauta deve ser a perícia para determinar se a Abin dispõe de meios para fazer interceptação telefônica. **4**

Conselho externo poderá fiscalizar tribunais de contas. **4**

Demostenes apóia articulação contra pedofilia

Relator da CPI destaca anúncio de que PF acessará banco da Interpol

O relator da CPI da Pedofilia, Demostenes Torres (*foto*), defendeu o fortalecimento de articulação internacional para combater crimes contra crianças e adolescentes praticados via internet. O senador aplaudiu o anúncio de que a Polícia Federal poderá acessar banco de imagens da Interpol com informações sobre pedófilos em todo o mundo. Também o trabalho realizado pela CPI ajuda a identificação de pedófilos no Brasil e no mundo. **2**



Foto de José Cruz

Cristovam exige medidas contra prostituição

Cristovam Buarque (*foto*) cobrou ontem do governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, solução imediata para a prostituição infantil em Brasília. O senador considerou absurda a ocorrência desse tipo de

crime em plena capital da República, a menos de três quilômetros do Palácio do Planalto. Para ele, o problema poderia ser resolvido por meio de soluções simples e pouco onerosas aos cofres públicos. **2**



Jonas Pereira



J. Freitas

Proposta de um novo sistema de informação do processo legislativo, a ser lançado pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, foi apresentada aos secretários das comissões técnicas pela secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra. **4**

Para relator da CPI da Pedofilia, acesso da Polícia Federal a banco de dados internacional ajudará o combate ao "fenômeno mundial" da prática desse crime pela internet

Demostenes aplaude esforço internacional contra pedofilia

O ANÚNCIO DE que a Polícia Federal poderá acessar, a partir de 2009, o banco de imagens da Interpol com informações sobre pedófilos em todo o mundo foi saudado por Demostenes Torres (DEM-GO), em entrevista à Agência Senado. O senador, que é relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia, considerou essencial o fortalecimento da articulação internacional dos órgãos policiais de diferentes países para o combate a crimes contra crianças e adolescentes praticados pela internet.

– A Polícia Federal está no caminho certo. Sempre defendemos essa integração com a comunidade internacional, pois a pedofilia, especialmente a praticada via internet, é um fenômeno mundial. Um pedófilo russo pode usar um provedor da Índia e praticar crimes no Brasil – observou.

Segundo informações da assessoria de imprensa da Polícia Federal, o banco de dados da Interpol, denominado *Child Sexual Exploitation Image Database*, é uma iniciativa do G8 (grupo formado por Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália, Canadá e Rússia), em conjunto com a Noruega. O uso da ferramenta, acessada por meio do Sistema Mundial de Comunicação da Interpol, até então tem sido restrito a esses países.

A inclusão do Brasil, explica a coordenação da Interpol no país, deve-se ao reconheci-



Demostenes defende a atualização das leis brasileiras

mento da ação de cooperação da Polícia Federal brasileira, que tem repassado informações sobre pedófilos que atuam em diversos países.

O trabalho realizado pela CPI, que conta com a parceria da Polícia Federal, também tem contribuído para a identificação de pedófilos no Brasil e em outros países. Com a quebra de sigilo de 3.261 álbuns fechados do Orkut, site de relacionamentos do Google, a comissão identificou 874 usuários suspeitos de divulgar pornografia infantil pela rede mundial. Parte dessas informações, sobre suspeitos que atuavam fora do Brasil, foi enviada a autoridades policiais de cerca de 70 países, de acordo com o senador Magno Malta (PR-ES), presidente da CPI.

Ao participar de reunião preparatória para o Fórum de Governança da Internet, realizada em Genebra este mês, Malta destacou que as informações repassadas a outros países têm resultado na prisão de diversos pedófilos que integram redes de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Ao apresentar um balanço

sobre a atuação da CPI, o presidente da comissão destacou os avanços obtidos a partir da quebra de sigilos de álbuns do Orkut e defendeu a adoção de regulação para o uso da internet. Os parlamentares que integram a CPI também aprovaram pedido de quebra de sigilo de mais 18 mil álbuns fechados do Orkut, identificados a partir de denúncias recebidas pela organização não-governamental Safernet. Com o acesso a informações sobre os álbuns suspeitos de conter pornografia infantil e com a triagem do material, Magno Malta acredita que poderá ser identificado um grande número de pedófilos que atuam na rede mundial de computadores.

Legislação

Sobre o combate à divulgação de imagens com pornografia infantil, Demostenes Torres aponta falhas nos mecanismos legais disponíveis no Brasil. O senador defende mudanças na legislação como condição essencial para que os pedófilos identificados possam ser efetivamente punidos.

– As informações sobre pedófilos repassadas a outros países têm resultado em prisões nesses países. Aqui no Brasil resultam em busca e apreensão, porque a lei brasileira é pífia no combate aos crimes de pedofilia cometidos via internet – afirmou Demostenes, que lembrou a aprovação, pelo Senado, de projetos que tratam do assunto (PLS 250/08 e PLS 126/08). As matérias aguardam decisão da Câmara dos Deputados.

Cristovam apela por providências contra prostituição infantil no DF

Ao comentar matéria que revelou a prática da prostituição de crianças na Rodoviária de Brasília, publicada ontem pelo jornal *Correio Braziliense*, Cristovam Buarque (PDT-DF) disse considerar um absurdo a ocorrência desse tipo de crime a menos de três quilômetros do Palácio do Planalto.

– Vinte anos depois da democracia, nesses anos com Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Lula, a gente ainda tem esse flagelo, essa vergonha, essa tragédia – lamentou.

Cristovam cobrou do governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, uma solução imediata para a questão, sob pena de seu partido se retirar de sua base de apoio.

Na avaliação do senador, o problema poderia ser resolvido por meio de medidas simples e pouco onerosas aos cofres públicos, como a concessão de bolsas e o acompanhamento individual dos casos de prostituição infantil – tal como foi feito, segundo lembrou, quando ele governou o Distrito Federal, entre 1995 e 1999.

– Não podemos deixar que a prostituição infantil continue sendo um problema, um assunto, uma realidade neste país, e sabemos como fazê-lo. Mudar isso é uma das coisas que menos custaria do ponto de vista financeiro, se a gente quisesse resolver – disse.

Cristovam apontou também a falta de um órgão na administração pública especializado em

crianças como uma das principais causas para a persistência do problema de prostituição infantil em todo o território nacional. Segundo ele, é preciso ter no país um coordenador do assunto a quem a sociedade possa cobrar e responsabilizar pelo não-cumprimento de metas.

– Quando os aviões se atrasaram neste país, todo mundo sabia quem eram os responsáveis: o diretor da Agência Nacional de Aviação Civil [Anac] e o ministro da Defesa. Caiu o ministro da Defesa e caiu o diretor da Anac. Eu duvido que alguém caia, neste período, por terem se descoberto meninos e meninas se prostituindo no centro da capital da República – observou.

O senador defendeu também a federalização do ensino fundamental e do ensino médio. Tais medidas, segundo ele, contribuiriam para a melhoria da qualidade da educação pública no Brasil e possibilitariam a erradicação do analfabetismo.



Cristovam: "Crianças se prostituem a 3 quilômetros do Palácio do Planalto"

Senado homenageia 200 anos do Banco do Brasil

Uma homenagem ao bicentenário do Banco do Brasil (BB) será feita na sessão plenária do Senado de 16 de outubro, por requerimento do presidente da Casa, Garibaldi Alves Filho.

Primeira instituição bancária do país, o Banco do Brasil foi fundado em 12 de outubro de 1808,

por dom João VI, no mesmo ano em que a corte portuguesa desembarcou na cidade do Rio de Janeiro, onde foi instalada a primeira sede da instituição. O BB ficou inoperante entre 1833 e 1851, quando Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá, o ressuscitou.

Até a criação do Banco Central, em 1964, o Banco do Brasil era o emissor da moeda brasileira e ordenou as principais atividades monetárias do país. Atualmente, o BB é o maior banco do país, estando presente em mais de 3 mil cidades e 22 países, com 24,6 milhões de correntistas.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão não-deliberativa

A sessão, às 14h, é não-deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores.

Sthel e Banda fazem homenagem à Bossa Nova

Às 19h, no auditório do Interlegis, apresentação musical do Sthel e Banda. O show faz parte da homenagem aos 50 anos da Bossa Nova, que integra a programação do Ano Cultural Artur da Távola.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marco Maciel • Eduardo Azevedo • Adelmir Santana

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Braz Félix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.
 CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Renan: legislação ajudará Copa do Mundo de 2014

Renan elogia a Lei Geral do Turismo

Renan Calheiros (PMDB-AL) comemorou em Plenário a recente sanção pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva da Lei Geral do Turismo. Segundo o senador, a nova lei será fundamental para que o país possa se preparar para receber milhões de torcedores na Copa de 2014 e, possivelmente, nas Olimpíadas de 2016.

– Essa lei garantirá segurança jurídica aos investimentos privados que serão feitos no Brasil para a realização desses acontecimentos. Eventos desse porte são de fundamental importância não apenas para o turismo, mas para a economia, o esporte e a própria sociedade brasileira.

Ele destacou a previsão, na nova lei, de suporte financeiro para empresas do setor, por meio de linhas de crédito dos bancos oficiais e do Fundo Geral do Turismo. O senador chamou atenção para os dispositivos que obrigam hotéis, agências de turismo, transportadoras e empresas que oferecem serviços de organização de eventos a estarem devidamente cadastradas no Ministério do Turismo.

Alagoas

Renan citou ainda vários investimentos que estão sendo realizados para melhoria da infra-estrutura turística de Alagoas, como a construção de um novo empreendimento turístico hoteleiro e residencial – o complexo Pontal de Camaragibe, no litoral norte do estado –, que será composto por três resorts.

O parlamentar mencionou também obras de construção de aeroportos e rodovias na região. Em aparte, o senador Marco Maciel (DEM-PE) parabenizou Renan pelo pronunciamento.

Proer brasileiro consumiu o equivalente a 2,7% do PIB, índice que foi de 5,3% nos Estados Unidos em 1991. No início da década de 80, a Argentina gastou 13% e o Chile, 19,6%

Marco Maciel ressalta papel do Proer para economia brasileira

O SENADOR MARCO Maciel (DEM-PE) disse ontem em Plenário que a atual crise dos mercados financeiros e de capitais mundiais confirma o quanto estava certo o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) ao adotar o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), desenvolvido no Brasil de 1995 a 2000. O Proer saneou bancos com objetivo de evitar uma crise de efeitos imprevisíveis para a economia brasileira, lembrou o parlamentar.

Na época, o Brasil despendeu R\$ 20,4 bilhões, ou 2,7% do produto interno bruto (PIB), com o programa, uma quantia considerada “relativamente baixa” pelo senador. Ele lembrou que os Estados Unidos haviam gastado 5,3% do PIB com os mesmos propósitos em 1991. Dez anos antes do Brasil, o Chile despendera 19,6% do PIB com um programa de recuperação bancária. Já a Argentina consumiu 13% do PIB em 1982.

Vice de Fernando Henrique, Marco Maciel conta que participou de algumas das reuniões nas quais se



Maciel acentua que o programa deu ao país condições para retomar o crescimento

discutiu o Proer. Quando da eclosão da crise, celebrava-se o primeiro ano do Plano Real, que estabilizou a economia em 1994, depois de longos anos de inflação. A nova moeda enfrentou como seu primeiro grande teste uma séria crise externa.

– Em que pesem as vicissitudes que atravessamos nos oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso, conseguimos, ao final, deixar implantado um programa de estabilidade econômica que é, hoje, seguramente, o mais bem-sucedido

Atitude do governo equatoriano preocupa Heráclito

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Heráclito Fortes (DEM-PI), disse da tribuna estar preocupado com a situação de funcionários da empresa Norberto Odebrecht que se encontram no Equador e que estariam proibidos de deixar aquele país após o anúncio do embargo de bens e de obras da companhia pelo presidente Rafael Correa. O senador propôs a realização de uma reunião do colegiado para debater o assunto logo após as eleições.

– Esperamos que até lá os fatos estejam esclarecidos e tenhamos garantia de que os brasileiros que para ali foram, cumprindo deveres profissionais, não tenham cerceado o direito de ir e vir. E tampouco sofram qualquer tipo de constrangimento, porque exercem funções para as quais foram contratados – afirmou.

De acordo com as agências de notícias, o governo equatoriano reclama



Heráclito Fortes espera que servidores da Odebrecht não sofram constrangimento

uma indenização pela paralisação de uma hidrelétrica construída pela Odebrecht e ordenou a ocupação das instalações da construtora brasileira pelo Exército.

Para Heráclito, a situação se torna mais preocupante diante de informações de que o governo do Equador

Adelmir: impostos no país levam cinco meses de salário

O brasileiro trabalha em média cinco meses por ano apenas para pagar os impostos federais, estaduais e municipais, afirmou em discurso o senador Adelmir Santana (DEM-DF), ao criticar a elevada carga tributária no país.

– Trata-se de uma realidade cruel que dói no bolso de todos os brasileiros – disse o parlamentar, que se serviu de dados do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT).

Segundo Adelmir, o estudo do instituto mostra que a soma dos tributos pagos por um brasileiro somam 157 dias trabalhados. Em 2008, observou, o trabalhador irá pagar em tributos cerca de 40% de todo o seu ganho.

O senador advertiu que todos os produtos comprados ou consumi-



Adelmir defende mudança na proposta de reforma tributária enviada pelo governo

dos no país têm impostos e taxas embutidos. O preço do pão francês, exemplificou, inclui o custo real do produto mais impostos, taxas e contribuições como o ICMS, o PIS e

que o país já conheceu. Graças a ele estabeleceu-se uma vertebração que permitiu também ao Brasil voltar a crescer de forma sustentada, livre da inflação, aumentando a sua interlocução no exterior – analisou o senador.

Marco Maciel explicou que a crise externa não foi o único fator a pôr em xeque o sistema bancário brasileiro. O Plano Real trouxe à realidade várias instituições que tinham na inflação elevada a principal fonte de seus ganhos. Era a chamada “receita inflacionária”.

Conforme o parlamentar do DEM, além de agir com rapidez, o Banco Central estabeleceu dois princípios gerais para o programa: preservar a saúde do sistema, principalmente os bens dos depositantes, e estabelecer penalidades para os banqueiros irresponsáveis.

Maciel registrou, ao final de seu discurso, o falecimento, em São Paulo, na terça-feira, da ex-ministra Esther de Figueiredo Ferraz, que ocupou a pasta da Educação e Cultura durante o governo do presidente João Baptista Figueiredo (1979-1984).

pretende suspender os pagamentos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), financiador da obra.

– Quando se anuncia um calote ao BNDES, é preciso que se veja a modalidade de contrato feita, as garantias dadas. Não pode, de maneira nenhuma, um banco brasileiro, cujo patrimônio pertence ao povo, ter prejuízo em operação dessa natureza. É preciso uma apuração dos fatos – defendeu.

Em apartes, Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que “o Equador é soberano e pode fazer o que quiser, mas temos que defender nossos interesses”, enquanto Marco Maciel (DEM-PE) disse que o governo brasileiro deveria cobrar providências do governo equatoriano sobre o episódio. Já Eduardo Azeredo (PSDB-MG) afirmou que não se justificava o envolvimento do Exército daquele país no caso.



Azeredo: população participa de comícios

Azeredo relata viagens ao interior de MG

Ao enfatizar que as viagens pelo estado e o contato com a população também fazem parte do trabalho parlamentar, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) relatou em discurso sua passagem pelo Vale do Jequitinhonha na semana passada, quando participou da campanha municipal. Ele ressaltou a participação popular nos comícios dos candidatos que apóia.

Azeredo destacou uma conquista do governador Aécio Neves, do seu partido, que, por meio de parceria público-privada, levou a telefonia celular a todos os 853 municípios de Minas Gerais. Salientou ainda o programa Pro-Acesso, que visa levar a ligação asfáltica às sedes de todos esses municípios. Em 2003, observou Eduardo Azeredo, 230 cidades não tinham ligação através de estrada asfaltada com o restante do estado.

Pelé

O senador informou que esteve em municípios do Vale do Jequitinhonha – Joáima, Jacinto e Pedra Azul –, e propôs a construção de uma ponte sobre o rio do mesmo nome. Lembrou também sua passagem, na semana anterior, por Três Corações, no sul de Minas, onde será construído um museu em homenagem ao filho mais ilustre da cidade – Pelé. A obra já conta com recursos no Orçamento inseridos em emenda apresentada pelo senador.

Azeredo defendeu ainda a cláusula de barreira, a seu ver uma forma de evitar candidatos que denigrem a representação política na propaganda no rádio e na televisão.

Secretaria Geral da Mesa discute acesso mais rápido a informação

A secretária-geral da Mesa do Senado, Claudia Lyra, reuniu-se na manhã de ontem com os secretários das comissões técnicas para apresentar a proposta do novo sistema de informação do processo legislativo, a ser lançado pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, até o fim de novembro deste ano.

O objetivo da reunião foi ouvir as sugestões dos secretários para agilizar o trabalho de processamento eletrônico dos textos legislativos em suas diferentes etapas, de modo que possa dar cada vez mais confiabilidade e facilidade no acesso às informações colocadas à disposição do cidadão via internet.

Essa proposta vem sendo elaborada pelo grupo de trabalho de modernização do

processo legislativo, que, de fevereiro a julho deste ano, fez o levantamento da situação das informações legislativas da Casa para detectar os entraves nesse processo. Foram identificados problemas como a falta de comunicação entre os setores responsáveis por cada

etapa. Esta segunda fase é de execução das propostas levantadas e deverá estar centrada em três frentes: padronização da alimentação de bancos de dados, fornecimento dos textos e facilitação de acesso pelo usuário.

O compromisso dessa ini-

ciativa, segundo Claudia Lyra, é tornar disponíveis para os cidadãos, por meio eletrônico, os textos na íntegra das proposições e dos demais textos apresentados nas diferentes etapas do processo legislativo a partir de 2008. Isso quer dizer que o usuário, ao buscar infor-

mações, poderá ter acesso, por exemplo, a textos completos das emendas, dos relatórios e dos pareceres aprovados em comissões ou em Plenário. A intenção é a de que essas informações possam ser acessadas de modo rápido, sem necessidade de "muitos cliques" no mouse do computador.

A secretária-geral da Mesa busca entendimento com o Executivo para que os textos enviados para exame do Congresso, incluindo os que versam sobre acordos internacionais, tenham formato digitalizado. O grupo também está acertando com áreas afins da Câmara dos Deputados um procedimento para que os textos recebidos daquela Casa cheguem ao Senado igualmente por meio eletrônico.



Claudia Lyra pretende facilitar o acesso à informação legislativa produzida em todas as áreas do Congresso Nacional

Tribunais de contas podem ter conselho externo

Está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para ser relatada pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR), proposta de emenda à Constituição (PEC 30/07) de autoria do senador Renato Casagrande (PSB-ES) que cria o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas e do Ministério Público que atua junto aos tribunais de contas.

De acordo com a proposta, o novo órgão funcionaria nos mesmos moldes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Ele teria por metas combater a prática do nepotismo, a má-gestão de recursos financeiros e a improbidade administrativa, além de controlar a atuação administrativa e financeira dos tribunais e os deveres funcionais de ministros, conselheiros e auditores. É o chamado controle externo, com vistas a garantir, segundo explicou Renato Casagrande, ampla transparência no desempenho das atividades públicas.

Ainda conforme prevê a PEC, o conselho será composto de 15 membros, com mandato de dois anos, admitida apenas uma recondução. Os membros do conselho não perceberão qualquer remuneração para o exercício de suas funções.

A CCJ deve examinar ainda outra PEC – a 15/07 –, de autoria de Casagrande, determinando que os ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) sejam escolhidos mediante concurso público de provas e de títulos. Os ministros passariam a ser chamados de ministros-auditores.



Renato Casagrande defende também a nomeação de ministros por concurso

Comissão analisa dúvidas e contradições sobre grampo

Um dos pontos-chave a serem esclarecidos é se a Agência Brasileira de Inteligência tem ou não condições de realizar interceptação telefônica

A COMISSÃO MISTA de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) deverá reunir-se na primeira quinzena de outubro para começar a buscar formas de esclarecer as várias contradições e dúvidas identificadas em informações prestadas ao colegiado por autoridades do setor de inteligência a respeito de escuta telefônica. Em entrevista à Agência Senado, ontem, o presidente do colegiado, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), informou que a partir dessa reunião será decidida a agenda de trabalho da comissão.

As contradições citadas por Heráclito encontram-se em depoimentos fornecidos à CCAI no último dia 17, quando foram ouvidos, pela segunda vez, o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Jorge Armando Félix; o diretor-geral afastado da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Paulo Lacerda; e o diretor-geral do Departamento de Polícia Federal (DPF), Luiz Fernando Corrêa. Eles foram convidados a esclarecer dúvidas sobre as denúncias publicadas pela revista *Veja* de que a Abin estaria fazendo escutas irregulares de conversas telefônicas de autoridades dos três Poderes.

Nessa mesma reunião, a comissão mista ouviu o agente aposentado do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI) Francisco Ambrósio do Nascimento. Ele vem sendo apontado pela imprensa como um dos responsáveis pela realização de grampos telefônicos, dentre eles uma conversa ocorrida entre o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, e o senador Demostenes

Torres (DEM-GO). Ambrósio negou ter realizado as escutas telefônicas.

– Estamos aguardando somente o relatório do Ministério da Defesa a respeito das malas – informou Heráclito, referindo-se à perícia realizada para confirmar se a Abin teria condições de fazer as interceptações telefônicas com o arsenal de equipamentos que possui em maletas.

O senador declarou também que os integrantes da comissão deverão analisar os projetos de resolução que tramitam na Casa com o objetivo de regulamentar as finalidades, a composição e o funcionamento da CCAI – um de autoria do deputado Luiz Carlos Haully (PSDB-PR) e outro do senador Demostenes Torres. Para o presidente da comissão, a iniciativa de definir os parâmetros de funcionamento do colegiado não só é positiva, mas também é necessária.

– A comissão vai analisar os projetos e apresentar sugestões – afirmou.

ONGs

A Comissão Parlamentar de Inquérito das Organizações Não-Governamentais (ONGs) vai se reunir logo após as eleições do dia 5 outubro com o objetivo de definir os rumos do colegiado, informou o senador Heráclito Fortes, que preside a CPI. Na reunião serão analisadas também as denúncias encaminhadas à CPI de que ONGs estariam atuando irregularmente no processo eleitoral.

Segundo o parlamentar pelo Piauí, antes de qualquer decisão a respeito de novos

depoimentos e investigações, é preciso discutir a atuação da CPI, que tem sido “constantemente boicotada” pelo governo, conforme declarou em entrevista à Agência Senado.

– É lamentável que isso esteja acontecendo, pois o objetivo da CPI é separar o joio do trigo e fazer com que o terceiro setor produza em benefício da sociedade – afirmou o presidente da comissão de inquérito.

Quanto à suposta participação de ONGs no processo eleitoral, Heráclito disse que ainda não examinou os documentos que recebeu a respeito do assunto, mas pretende encaminhá-los ao Ministério Público para que sejam investigadas as denúncias. No entanto, o senador foi bastante incisivo ao afirmar que as próximas decisões a serem tomadas pelo colegiado dependerão do resultado da reunião que será marcada para logo após as eleições de outubro.

– Espero que haja um clima mais favorável para o prosseguimento dos trabalhos – disse.

A comissão de inquérito das ONGs foi criada com a missão de apurar a liberação, pelo governo federal, de recursos públicos para organizações não-governamentais e também para organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips). Avaliará ainda a possível utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior a partir de 1999 até 8 de novembro de 2007.

Heráclito Fortes também acredita que CPI das ONGs pode deslanchar após as eleições municipais

Tião Viana defende mais espaço para usuários de avião

O senador Tião Viana (PT-AC) apresentou projeto para assegurar espaçamento mínimo, entre duas fileiras consecutivas de poltronas, de 78,7 centímetros em vôos domésticos e de 83,8 centímetros em vôos internacionais em todas as aeronaves de transporte comercial de passageiros. A proposta está em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Ao justificar o projeto (PLS 460/07), Tião Viana lembra que a insuficiência de espaço entre as poltronas de um avião tem efeitos nocivos para o bem-estar dos usuários do transporte aéreo. Nessas condições, a falta de movimentação dos membros inferiores dos passageiros pode levar a manifestações de ordem vascular e até a trombozes durante vôos de longa distância.

O senador reconhece que, depois de ocorrências da “síndrome da classe econômica” – complicação circulatória que atinge passageiros de avião em decorrência da exigüidade de espaço entre as poltronas –, as empresas aéreas têm procurado adverti-los sobre os riscos de imobilidade ou ingestão exagerada de bebidas alcoólicas e comidas pesadas.

No entanto, afirma ele, para resguardar a saúde e o conforto dos passageiros é necessária a adoção de providências mais definitivas, como a redefinição do espaço interno mínimo nos moldes que propõe.

A matéria aguarda indicação de relator na CCJ, onde será votada em decisão terminativa.



Tião Viana acha que medida vai diminuir riscos à saúde nos vôos